

Cartel dos devedores ou simples pressão?

Há pouco tempo, por iniciativa do ministro da Fazenda do México, alguns países latino-americanos decidiram socorrer financeiramente a Argentina para evitar que a insolvência desse país acarretasse efeitos danosos sobre a economia dos outros países do Continente. Em certos círculos dos Estados Unidos, essa decisão foi considerada como o primeiro movimento no sentido de se constituir um cartel dos países endividados. Os fatos, agora, parecem depor a favor dessa interpretação. Não obstante, os fatos devem ser interpretados com todo o cuidado, e convém lembrar que, até agora, o governo brasileiro sempre fez ver que cada país devedor tem seus próprios problemas e que o melhor é cada um defender seus próprios interesses. O que teria levado nosso governo a mudar de idéia e assinar esta nota conjunta com os governos da Argentina, do México e da Colômbia, a que também o presidente do Equador apôs agora sua assinatura?

Há dias, por iniciativa do Itamaraty, que aliás desagradou aos ministros da área econômica, o governo brasileiro protestou contra a ascensão das taxas de juros no mercado internacional provocada pela majoração da *prime rate* nos Estados Unidos. Compreende-se que, após esse protesto, nosso governo dificilmente poderia esquivar-se ao propósito, manifestado pelos principais países devedores do Hemisfério ocidental, de promover uma reunião dos chanceleres e dos ministros da área econômica para deliberar sobre o que convém fazer a fim de enfrentar o enrijecimento do protecionismo no plano comercial e a majoração das taxas de juros.

Importa ressaltar, porém, que o momento desse protesto e de sua notícia foi bem escolhido. Com efeito, nestas últimas semanas foram os países credores que tomaram a iniciativa de dar realce à questão da dívida externa

do Terceiro Mundo e de propor para a mesma soluções diferentes, que não conduzam a um *impasse* econômico-social. Realmente, após as declarações feitas por diversas personalidades norte-americanas ligadas às finanças internacionais, foi por iniciativa do Federal Reserve Bank, de Nova York, que se reuniram em conferência os presidentes dos bancos centrais de países credores e devedores, para cogitar de novas soluções. Os presidentes dos bancos centrais chegaram a propor diversas medidas que, sem dúvida, aliviariam a carga que pesa sobre os países devedores mas, de modo geral, não agradaram muito os bancos privados, que se veriam obrigados a arcar com grandes perdas sem ter, aparentemente, promessa de ajuda da parte dos bancos centrais. Seria necessário, portanto, que os países devedores pudessem dar uma ajuda aos bancos privados — alguns dos quais reconhecem que alguma coisa tem de ser feita —, para que os bancos centrais se envolvessem mais diretamente na reformulação do sistema de pagamento da dívida externa.

A reunião de cúpula de Londres, que se realizará no início de junho, decidiu porém dar preeminência à questão da dívida externa do Terceiro Mundo. Naturalmente, os participantes tratarão de responsabilizar o governo norte-americano pela ascensão das taxas de juros, fenômeno para o qual o governo francês havia alertado na última conferência de cúpula celebrada em Williamsburg. Será necessário que os principais países devedores se manifestem, em bloco, para que os países ricos se deixem tocar por seu esforço, que, apesar dos sacrifícios impostos às populações, vem sendo anulado pela majoração das taxas de juros e pelo recrudescimento do protecionismo.

Os países latino-americanos que as-

sinaram a nota têm uma dívida externa que representa mais de 80% da dívida externa da América do Sul — mesmo se excluindo a Venezuela, que, empenhada em resolver seus problemas peculiares em razão da característica da sua dívida (essencialmente do setor privado), não assinou a nota de protesto. O valor da dívida dos países que pretendem reunir-se é superior a um terço da dívida dos países em desenvolvimento. Trata-se de um grupo de países que tem grande peso no cenário internacional e cujo exemplo seria certamente seguido pelos outros países que figuram no rol dos grandes devedores. Entende-se, pois, que uma decisão tomada pelos países latino-americanos poderia afetar seriamente até o sistema bancário internacional.

Não nos parece, entretanto, que a reunião dos chanceleres e ministros da área econômica, prevista no comunicado, vá tomar medidas drásticas e ameaçadoras. Os países devedores mostraram que estavam dispostos a aceitar o ônus da política de ajustamento. Mostra-o, simplesmente, o fato de terem assentido no declínio do PIB *per capita*, que lhes permitiu reduzir o déficit em conta corrente. Mas a persistente ameaça do protecionismo, que não é apenas uma reação nos Estados Unidos, e a elevação das taxas de juros, que é consequência da política norte-americana, tornam inúteis tais sacrifícios, além de exigir que se prolonguem de maneira socialmente insustentável. Ora, é possível encontrar uma solução que atenue os problemas. A reunião dos países devedores terá, como missão precípua, de avaliar as propostas apresentadas nas últimas semanas. Somente no caso de se chocar com a total passividade dos credores seria necessário cogitar de uma ação conjunta — mas não, ainda, para este ano.